

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS DA 3ª EDIÇÃO.....	5
AGRADECIMENTOS DA 2ª EDIÇÃO.....	7
APRESENTAÇÃO	9
PREFÁCIO	11
NOTA À 3ª EDIÇÃO	13
NOTA À 2ª EDIÇÃO	15
INTRODUÇÃO	25
CAPÍTULO 1. O PADRÃO “ARM’S LENGTH”	29
1.1. A origem das regras de preços de transferência	29
1.2. O padrão “arm’s length”	32
1.3. Os propósitos gerais das regras de preços de transferência baseadas no padrão “arm’s length”	36
1.4. A noção de criação de valor (“value creation”)	37
1.5. O padrão “arm’s length” no Brasil	41
1.6. O intervalo “arm’s length”	43
1.7. O comportamento “arm’s length”	44
1.8. As bases normativas do padrão “arm’s length” nos tratados internacionais ...	45
1.9. Os tipos de ajustes de preços de transferência (ajustes primários, ajustes correspondentes e ajustes secundários).....	49
1.10. O papel das diretrizes de preços de transferência da OCDE e da ONU.....	55
1.11. <i>Formulary apportionment</i>	62
CAPÍTULO 2. ESCOPO OBJETIVO E ESCOPO SUBJETIVO.....	69
2.1. As transações controladas	69
2.2. O conceito de partes relacionadas	77
2.3. A noção de influência	77

2.4.	O rol exemplificativo de partes relacionadas.....	79
2.4.1.	O controlador e suas controladas.....	81
2.4.2.	A entidade e sua unidade de negócios	84
2.4.3.	As coligadas	87
2.4.4.	As entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	88
2.4.5.	As entidades com direito de receber lucros ou participação nos ativos	89
2.4.6.	As entidades sob controle comum ou com participação de 20% ou mais no capital social	90
2.4.7.	As entidades em que os mesmos sócios ou acionistas detenham no mínimo 20% (vinte por cento) do capital social.....	90
2.4.8.	As entidades e as pessoas naturais.....	93
2.5.	O conceito amplo de entidade	94
2.6.	Partes relacionadas no mesmo país, inclusive no Brasil.....	95
2.7.	Crítica à amplitude do conceito de parte relacionada	95
2.8.	Incompatibilidade com os acordos de bitributação	96
2.9.	Transações com entidades residentes ou domiciliadas em jurisdições com tributação favorecida ou em regimes fiscais privilegiados	100
2.10.	Jurisdições com tributação favorecida e regimes fiscais privilegiados	101
2.10.1.	Jurisdições com tributação favorecida	103
2.10.2.	Regimes fiscais privilegiados.....	104
2.10.3.	A “black list” da Instrução Normativa RFB nº 1.037/2010	106
2.10.4.	O problema da aplicação automática das regras de preços de transferência às operações com jurisdição com tributação favorecida e regime fiscal privilegiado	109
CAPÍTULO 3. DELINEAMENTO DA TRANSAÇÃO E ANÁLISE FUNCIONAL.....		113
3.1.	Identificação das relações comerciais ou econômicas	113
3.2.	Os termos contratuais e o delineamento da transação	115
3.3.	Confrontação entre o instrumento contratual e a conduta das partes	120
3.4.	A recaracterização da transação (<i>non-recognition</i>).....	126
3.5.	Análise funcional	132
3.5.1.	Funções	134
3.5.2.	Ativos	136
3.5.3.	Riscos	136
3.6.	As características do bem, direito ou serviço	142

3.7.	As circunstâncias econômicas	144
3.8.	As estratégias de negócios	145
CAPÍTULO 4. O COMPORTAMENTO COMERCIALMENTE RACIONAL E AS OPÇÕES REALISTICAMENTE DISPONÍVEIS		149
4.1.	O delineamento da transação para fins de controle de preços de transferência	149
4.2.	A análise das opções realisticamente disponíveis	150
4.3.	O comportamento economicamente racional nas Diretrizes de Preços de Transferência da OCDE	155
4.4.	O comportamento economicamente racional e a análise das opções realisticamente disponíveis no discurso jurídico	157
4.5.	Críticas ao comportamento comercialmente racional	160
4.6.	A impossibilidade de precificação segundo o padrão “ <i>arm’s length</i> ” como pressuposto para a desconsideração ou requalificação	162
4.7.	A ilegalidade do art. 19, § 6º, da Instrução Normativa RFB nº 2.161/2023	164
4.8.	Opções não disponíveis	167
4.9.	Casos da experiência internacional	169
4.9.1.	Caso Peugeot-Citroen	170
4.9.2.	Caso Hess Norge	171
4.9.3.	Caso Sona Okegawa	174
4.10.	Mecanismos de avaliação das opções realisticamente disponíveis e ônus probatório	175
4.11.	Ausência de repercussões para outros tributos	177
4.12.	Incompatibilidade com o sistema tributário brasileiro	178
CAPÍTULO 5. A ANÁLISE DE COMPARABILIDADE		181
5.1.	A relevância da análise de comparabilidade	181
5.2.	A análise de comparabilidade na Lei nº 14.596/2023	182
5.3.	A análise de comparabilidade nas Diretrizes de Preços de Transferência da OCDE	186
5.4.	A determinação dos períodos a serem abrangidos na análise	188
5.5.	Análise ampla das circunstâncias do contribuinte	192
5.6.	Compreensão da transação controlada, análise funcional e parte testada	193
5.7.	Comparáveis internos	196
5.8.	Comparáveis externos	197
5.9.	O uso de base de dados	198
5.10.	Filtros comumente utilizados nos estudos de <i>benchmarking</i>	200

5.11.	Exclusão de empresas com prejuízos do estudo de <i>benchmarking</i>	206
5.12.	Comparáveis não domésticos e o ajuste de risco-país.....	210
5.13.	Comparáveis secretos	216
5.14.	Identificação de potenciais transações comparáveis	217
5.15.	Determinação e realização de ajustes de comparabilidade razoavelmente precisos quando apropriado	218
5.16.	Interpretação e o uso dos dados coletados com a determinação da remuneração adequada ao padrão " <i>arm's length</i> "	221
5.17.	O uso de dados não transacionais	222
5.18.	A segmentação dos resultados da parte testada	223
5.19.	Ajuste de capital de giro	228
5.20.	As compensações intencionais.....	232
5.21.	" <i>Location savings</i> " e " <i>location-specific advantages</i> "	233
CAPÍTULO 6. MÉTODOS DE CONTROLE DOS PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA		237
6.1.	A escolha do método mais apropriado	237
6.2.	A parte testada	239
6.3.	Os métodos de controle dos preços de transferência.....	243
6.4.	Preço Independente Comparável – PIC	249
6.5.	Preço de Revenda menos Lucro – PRL	258
6.6.	Custo mais Lucro – MCL.....	264
6.7.	Margem Líquida da Transação – MLT	268
6.8.	Método da Divisão do Lucro – MDL	277
6.9.	Outros métodos.....	286
CAPÍTULO 7. INTERVALO DE COMPARÁVEIS E AJUSTES DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA		289
7.1.	Intervalo de comparáveis	289
7.1.1.	O ajuste pela mediana.....	295
7.1.2.	Divergências no cálculo dos quartis e do intervalo interquartil	300
7.2.	Dos ajustes às bases de cálculo do IRPJ e da CSLL.....	302
7.2.1.	Ajuste espontâneo.....	302
7.2.2.	Ajuste primário	303
7.2.3.	Ajuste compensatório.....	304
7.3.	Ajustes espontâneos e compensatórios e efeitos em outros tributos.....	312
7.4.	Ajustes secundários	328

CAPÍTULO 8. COMMODITIES	331
8.1. O mercado de commodities	331
8.2. Definição de commodities	331
8.3. Preço de cotação	335
8.4. O PIC como método mais apropriado.....	337
8.5. Experiência internacional e o caso Cameco.....	341
8.6. Ajustes de comparabilidade.....	343
8.7. A data ou o período de datas para a obtenção do preço de cotação.....	349
8.8. Condições extraordinárias de mercado	351
8.9. Ajuste fiscal individual ou global no método PIC	352
8.10. Obrigações acessórias relativas às commodities	354
CAPÍTULO 9. ATIVOS INTANGÍVEIS.....	361
9.1. O papel dos ativos intangíveis na criação de valor	361
9.2. Definição de ativo intangível.....	361
9.3. Aplicação das regras de preços de transferência para ativos intangíveis	365
9.4. Identificação das relações comerciais ou financeiras.....	366
9.5. Delineamento da transação	367
9.6. Atividades de pesquisa e desenvolvimento e ativos intangíveis.....	376
9.7. Escolha do método de controle dos preços de transferência.....	377
9.8. Avaliação em conjunto de ativos intangíveis.....	383
9.9. Ativos intangíveis de difícil valoração e “ <i>ex-post assessment</i> ”	385
9.10. Contratos de compartilhamento de custos.....	389
9.11. Revogações dos limites de dedução das despesas de <i>royalties</i>	396
9.12. O art. 44 da Lei n. 14.596/2023	399
CAPÍTULO 10. SERVIÇOS INTRAGRUPPO	405
10.1. A relevância dos serviços intragrupo	405
10.2. A definição de serviços na Lei nº 14.596/2023.....	406
10.3. O teste do benefício	409
10.4. Atividade de sócios	412
10.5. Duplicação de serviços	415
10.6. Benefícios incidentais	417
10.7. Serviços colocados à disposição (“ <i>on call services</i> ”).....	419
10.8. Prestação de serviços e transferência de funcionários	421
10.9. Os perfis funcionais da atividade manufatureira	423

10.10. Métodos de controle de preços de transferência na prestação de serviços ...	426
10.11. Serviços de baixo valor agregado	429
10.12. Contratos de rateio de despesas (<i>cost sharing</i>).....	433
CAPÍTULO 11. REESTRUTURAÇÕES DE NEGÓCIOS	441
11.1. A definição de reestruturações de negócios	441
11.2. O controle de preços de transferência na reestruturação de negócios.....	444
11.3. Delineamento das transações que fazem parte da reestruturação de negócios	446
11.4. Reconhecimento das transações delineadas e a aplicação do princípio “ <i>arm’s length</i> ”	448
11.5. Realocação do lucro potencial em virtude da reestruturação de negócios.....	449
11.6. A transferência de valor em decorrência da reestruturação de negócios	450
11.7. Compensação devida em função da reestruturação de negócios	455
11.8. Cálculo da compensação financeira.....	458
11.9. A determinação da parte que deve arcar com o pagamento da compensação financeira	461
11.10. Diferenças entre o valor justo e o preço “ <i>arm’s length</i> ”	466
11.11. A interação entre as regras que conferem neutralidade a atos societários e as regras de preços de transferência.....	467
11.11.1. Aumento de capital.....	467
11.11.2. Redução de capital	468
11.11.3. Incorporação, fusão e cisão	469
11.11.4. Preços de transferência e atos societários	471
11.11.4.1. O escopo objetivo das regras de preços de transferência e os atos societários.....	471
11.11.4.2. A antinomia jurídica entre as regras de preços de transferência e as regras de neutralidade dos atos societários	474
CAPÍTULO 12. OPERAÇÕES FINANCEIRAS.....	483
12.1. O âmbito geral das operações financeiras	483
12.2. O delineamento de operações financeiras no controle de preços de transferência	484
12.3. A avaliação do risco de crédito	488
12.4. Aspectos gerais dos empréstimos intragrupo	496
12.4.1. “Loan approach”	500
12.4.2. “Bond approach”	501
12.4.3. Considerações finais e quadro comparativo.....	503

12.5.	A amplitude do art. 27 da Lei nº 14.596/2023 e o delineamento como operação de dívida ou de capital	504
12.6.	O reconhecimento contábil de instrumentos financeiros de capital e dívida ..	508
12.7.	As diferenças entre o reconhecimento contábil e o delineamento da transação	511
12.8.	Estudo de caso	512
12.9.	O desafio trazido pela análise da perspectiva das partes, à luz das opções realisticamente disponíveis.....	514
12.10.	Operações de garantia	521
12.10.1.	Delineamento das operações de garantia.....	521
12.10.2.	Métodos de controle de preços de transferência nas operações de garantia	528
12.11.	Acordos de Gestão Centralizada de Tesouraria	530
12.11.1.	Objetivos e tipos de contrato de “cash pooling”	530
12.11.2.	O delineamento do contrato de “cash pooling”	532
12.11.3.	“Cash pooling” e benefícios de sinergia	535
12.11.4.	Remuneração do líder e dos participantes.....	538
12.12.	Seguradora cativa	543
CAPÍTULO 13. MEDIDAS DE SIMPLIFICAÇÃO E REDUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS.....		549
13.1.	Medidas de simplificação	549
13.2.	Processo de consulta específico em matéria de preços de transferência	551
13.3.	Os acordos prévios de preço bilaterais e multilaterais.....	564
13.4.	Regularização sem a imposição de penalidades.....	567
13.5.	Procedimento amigável	569
13.5.1.	Noções gerais sobre o procedimento amigável nos acordos de bitributação	569
13.5.2.	Possíveis desfechos do procedimento amigável	576
13.5.3.	Os limites do procedimento amigável e o controle jurisdicional.....	578
13.5.4.	O procedimento amigável e a Lei nº 14.596/2023.....	580
CAPÍTULO 14. DOCUMENTAÇÃO DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA		585
14.1.	Aspectos gerais da documentação de preços de transferência.....	585
14.2.	Declaração País-a-País	587
14.3.	Arquivo Global	592
14.4.	Arquivo Local	594
14.4.1.	Arquivo local completo	595
14.4.2.	Arquivo local simplificado	598

14.5. Documentação de suporte.....	599
14.6. Penalidades.....	599
CONCLUSÕES.....	601
BIBLIOGRAFIA	611